

**CULTURA ESCOLAR:
HISTÓRIAS & MEMÓRIAS EM
DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS**

EHMCES

Coleção Educação, História & Memórias
e Culturas em Diferentes Espaços Sociais



Prof. Ms. Gil Barreto Ribeiro (PUC Goiás)

Diretor Editorial
Presidente do Conselho Editorial

Dr. Cristiano S. Araujo

Assessor

Engenheira Larissa Rodrigues Ribeiro Pereira

Diretora Administrativa
Presidente da Editora

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Solange Martins Oliveira Magalhães (UFG)
Profa. Dra. Rosane Castilho (UEG)
Profa. Dra. Helenides Mendonça (PUC Goiás)
Prof. Dr. Henryk Siewierski (UNB)
Prof. Dr. João Batista Cardoso (UFG - Catalão)
Prof. Dr. Luiz Carlos Santana (UNESP)
Profa. Ms. Margareth Leber Macedo (UFT)
Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno (UFG)
Prof. Dr. Nivaldo dos Santos (PUC Goiás)
Profa. Dra. Leila Bijos (UnB)
Prof. Dr. Ricardo Antunes de Sá (UFPR)
Profa. Dra. Telma do Nascimento Durães (UFG)
Profa. Dra. Terezinha Camargo Magalhães (UNEB)
Profa. Dra. Christiane de Holanda Camilo (UNITINS/UFG)
Profa. Dra. Elisangela Aparecida Pereira de Melo (UFT)

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida
José Maria Baldino
Kamila Gusatti Dias
Organizadores

**CULTURA ESCOLAR:
HISTÓRIAS & MEMÓRIAS EM
DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS**

1ª edição

Goiânia - Goiás
Editora Espaço Acadêmico
- 2019 -

Copyright © 2019 by Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida,
José Maria Baldino, Kamila Gusatti Dias

Editora Espaço Acadêmico

Endereço: Rua do Saveiro, Quadra 15 Lote 22, Casa 2
Jardim Atlântico - CEP: 74.343-510 - Goiânia/Goiás
CNPJ: 24.730.953/0001-73
Site: <http://editoraespacoacademico.com.br/>

Contatos:

Prof. Gil Barreto - (62) 98345-2156 / (62) 3946-1080
Larissa Pereira - (62) 98230-1212

Foto da capa: Amarildo Gonçalves (Fotógrafo de Jataí)
Editoração: Franco Jr.

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte

C967 Cultura escolar : histórias e memórias em diferentes espaços sociais
/ Organizadores Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, José
Maria Baldino e Kamila Gusatti Dias. – 1. ed. – Goiânia : Editora Es-
paço Acadêmico, 2019.
433 p.

Inclui referências bibliográficas
ISBN: 978-65-80274-37-6

1. Educação. 2. Educação - história. I. Almeida, Maria Zeneide Car-
neiro Magalhães de (org.). II. Baldino, José Maria (org.). III. Dias,
Kmila Gusatti, (org.).

CDU 37.01

O conteúdo da obra e sua revisão são de total responsabilidade dos autores.

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou
por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores.
A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido
pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*
2019

Capítulo 16

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: MEMÓRIA E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Giselda Shirley da Silva

Antónia Fialho Conde

Olga Magalhães

Introdução

Este estudo versa sobre a educação patrimonial em Minas estabelecendo como recorte geográfico e histórico, o município de João Pinheiro¹, noroeste do estado mineiro.

Nas últimas décadas, tanto no Brasil quanto em Portugal estão avançando na política de preservação do patrimônio cultural. No âmbito da educação patrimonial, têm sido realizados diversos projetos e ações que abrem novas possibilidades de reflexão e pesquisa, sendo um dos fatores motivacionais da pesquisa.

A preservação do patrimônio cultural, consiste no interesse de se fazer lembrar e não esquecer. Ao longo da história, em diferentes tempos e lugares,

¹ O noroeste do estado é dividido em duas microrregiões: a de Paracatu e a de Unaí, e reúne os municípios: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Chapada Gaúcha, Dom Bosco, Formoso, Guarda Mor, João Pinheiro, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Pintópolis, Riachinho, Unaí, Uruana de Minas, Uruçuaia, Vazante (SILVA; SILVA; GONÇALVES, 2011).

elegem-se bens culturais, os quais se deseja que sejam lembrados, uma vez que constituem suportes da memória. Sua preservação está diretamente relacionada à apropriação dos bens culturais pela comunidade e às políticas adotadas para esse fim. Para Canclini, política cultural é:

Um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições e os grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social (2005, p. 26).

Partindo dessa concepção, buscamos refletir sobre a educação patrimonial enquanto um instrumento importante na divulgação e valorização do patrimônio, resultado de políticas culturais e, ao mesmo tempo, um exercício de cidadania. O argumento norteador é que a educação patrimonial possibilita o conhecimento e fortalecimento da identidade constituindo-se como uma prática cidadã a identificação com o lugar e o cuidado para com ele. Entendemos que o amor e o sentimento de pertencimento a um local, a um bem, a uma história, incitam a adoção de ações de preservação desses.

Entendemos ser a história fundamental para o conhecimento e compreensão dessa temática, pois a reconstrução do passado é uma questão crucial nas reflexões acerca do patrimônio, levando-se em consideração que a patrimonialização estabelece o estreitamento da relação entre passado e presente (HARTOG, 2006, p. 22).

Cléria Botelho da Costa, ao escrever sobre a educação patrimonial em Brasília, afirmou ser o patrimônio “um vestígio do outrora no presente, que ilumina a construção do futuro. Em outros termos, que se configura na tridimensionalidade – presente, passado e futuro, pautado numa concepção de tempo benjaminiana” (COSTA, 2011).

A questão chave deste estudo, foi buscar entender como está sendo realizada a educação patrimonial em Minas Gerais e, mais particularmente, em João Pinheiro, segundo a perspectiva histórica, bem como identificar qual a contribuição da mesma na preservação e divulgação do patrimônio cultural.

O objetivo foi refletir sobre o patrimônio cultural e a trajetória histórica da educação patrimonial em Minas Gerais e em João Pinheiro, observando como tal trajetória contribui para conhecer e divulgar o patrimônio cultural do estado e município, fortalecendo a identidade.

Metodologicamente, a pesquisa foi realizada por meio da pesquisa bibliográfica, partindo do referencial da História Cultural. Fizemos pesquisa documental no acervo da Casa da Cultura local, analisando as atas de reunião do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, os relatórios referentes à educação patrimonial realizados em cada ano² e as deliberações Normativas do CONEP, que regulamentam a forma como devem ser realizados os projetos de educação patrimonial nos municípios, de modo que possam usufruir dos recursos do ICMS Cultural.

A história oral possibilitou conhecer outras representações sobre a trajetória educacional exercida pela Secretaria Municipal de Cultura, em Parceria com o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. As pessoas entrevistadas foram: o atual gestor da Secretaria de Cultura em exercício, a presidente do referido Conselho, historiadores e membros do Conselho, e professoras. Todas elas participaram/participam do processo histórico da educação patrimonial no município. As entrevistas foram estruturadas com base nas inquietações da pesquisa, sendo essas gravadas e posteriormente transcritas e analisadas.

Políticas públicas de Estado e o incentivo aos municípios para o desenvolvimento de projetos educativos voltados para a promoção do patrimônio

O Iepha, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, é um órgão vinculado ao Sistema Estadual de Cultura e dedica-se à preservação do patrimônio cultural. Em Minas Gerais, foi criado em 30 de setembro de 1971 por meio da Lei nº 5.775 e busca contribuir com a pesquisa, reflexão teórico-metodologia e promoção do patrimônio. Com base nos dados obtidos no site desse órgão, sua missão é garantir o acesso e a fruição do patrimônio por meio da preservação, valorizando e respeitando sua diversidade cultural. Busca desempenhar seu papel como órgão de referência na divulgação e preservação dos bens culturais do Estado, seja por meio da política de salvaguarda, estímulo à proteção do patrimônio e desenvolvimento de projetos de educação patrimonial, inventário dos bens culturais em suas diversas modalidades, lugares, celebrações e modos de fazer.

² Esses relatórios são feitos em duas vias, sendo uma encaminhada ao IEPHA e a outra ficando na Secretaria da Cultura.

O patrimônio cultural mineiro é rico e diverso, suas cidades, fazendas, tradições, festividades, saberes e fazeres são elementos identitários importantes, apresentando-se de forma singular e plural. No Guia de Bens tombados pelo IEPHA/MG (2014), são apresentados centenas de bens protegidos, que vão desde praças, núcleos históricos, conjuntos arquitetônicos, paisagísticos, arqueológicos, serras, cachoeiras, bacias hidrográficas, picos, fazendas, casas, capelas, dentre outras. Possuem um programa de fiscalização dos bens culturais tombados pelo IEPHA por meio do qual realizam vistorias, visando a garantir sua integridade e preservação.

O apoio a realização de tombamentos e escrita de dossiês sobre os bens tombados é um dos eixos de atuação do Iepha, sendo a proteção aos bens protegidos um passo importante para que o mesmo seja conhecido e valorizado. O patrimônio material é composto pelos bens móveis e imóveis – e esses últimos são entendidos, muitas vezes, como lugares de memória. Pierre Nora (1993) reflete sobre o aspecto da preservação da memória como um imperativo imposto pelo aceleração do tempo histórico. Essa ideia fundamenta o que o autor apresenta como “lugares de memória”. Essa concepção aborda os lugares em três aspectos semânticos da palavra: material, simbólico e funcional. Para ele, um mesmo local que, aparentemente, é material, como um arquivo, só se tornaria lugar de memória se a imaginação o investisse de aura simbólica. Pesavento (2008, p. 4) ponderou que: “os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade explorada”. Na perspectiva da historiadora, a cidade é repleta de histórias, memórias e identidade.

O estado adota uma política de incentivo, valorização e registro do patrimônio imaterial³, incitando a adoção de medidas de salvaguarda das celebrações, saberes, fazeres. Estimula os municípios a inventariarem seus bens

³ Por meio do Decreto 42.505 de 15 de abril de 2002, foram “instituídas as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível, sejam festas folclóricas, cultos religiosos tradicionais, culinária típica, espaços públicos para práticas culturais coletivas ou cantos e danças.” Este decreto prevê quatro tipos diferentes de registros, sendo eles, livro de registro dos saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; livro de registro das celebrações, para inscrição dos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão, reservado às manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas. Da mesma forma, os livros de registro dos lugares, tais como mercados, feiras, santuários e espaços, onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas (MINAS GERAIS, 2002).

culturais e definir seus marcos e aquilo que aviva a sua memória, contribuindo para o repasse da história e das tradições.

Fonseca (2005) ponderou que uma política de preservação do patrimônio envolve um campo maior que um conjunto de ações objetivando à proteção de bens. Segundo ela, é preciso ir além e interrogar o processo de produção do patrimônio cultural e os critérios que conduzem à escolha de bens e justificam a sua proteção; identificar as pessoas que fazem parte do processo e metas que declaram para validar suas ações, e entender o lugar do Estado em relação a essa prática social e como é o envolvimento da sociedade nesse processo. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa, das políticas de preservação. No caso do patrimônio histórico e artístico nacional, o valor que permeia o conjunto de bens, independentemente de sua importância histórica, artística e etnográfica, é o valor nacional, ou seja, aquele fundado em um sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso a nação.

O patrimônio e a atribuição de valor aos bens culturais contribuem para o fortalecimento da identidade coletiva, sendo fundamental instigar as pessoas a conhecer, valorizar e proteger. Fonseca (2005) mencionou ainda que a meta das políticas de preservação dos bens culturais é proporcionar o direito à cultura dos cidadãos, entendendo-a, como o conjunto de valores em que se reconhece a identidade da nação. Ao refletir sobre a cidade e relacioná-la à questão da identidade, Sandra Pesavento (2008, p. 15) ponderou que:

As identidades são fabricadas, inventadas, o que não quer dizer que sejam, necessariamente, falsas. As identidades, enquanto sensação de pertencimento, são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual. Identidades asseguram e confortam, sendo dotadas de positividade que permite a aceitação e o endosso. Identidades fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhendo traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado, tal como lugares e momentos.

Pesavento afirma ainda que a identidade se expressa de diferentes formas e se dá a ver, como no caso dos monumentos, feitos para lembrar.

No que tange à legislação e às conquistas em prol de melhorias nas políticas públicas mineiras em relação ao patrimônio cultural⁴, a Lei nº 12.040 de

⁴ Tais políticas públicas foram criadas para permitir que os municípios se aparelhassem gradativamente; porém, fizeram com que as exigências técnicas aumentassem com o decor-

28/12/1995 foi um importante passo no âmbito da legislação estadual de proteção ao patrimônio, sendo modificada pela de nº 13.803 de 27/12/2000⁵. Em relação à gestão democrática, cabe mencionar a Lei Delegada nº 170, de janeiro de 2007, por meio da qual se cria o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural - CONEP⁶, com o objetivo de “deliberar sobre diretrizes, políticas e outras medidas correlatas à defesa e preservação do patrimônio cultural do Estado”.

É relevante mencionar nessa trajetória a Lei nº 18.030, de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição de parcela da receita da arrecadação do ICMS relativa ao patrimônio cultural dos municípios, sendo esse repasse um mérito alcançado pelas municipalidades que investem e preservam seu patrimônio, adotando políticas culturais de relevância para a localidade e valorizando a diversidade do estado. Esse repasse é fruto da Lei Robin Hood, colocada em vigor e alterada por leis posteriores, como já foi aqui mencionado, e visando a retribuir aos municípios os investimentos na preservação dos seus bens. Dessa forma, incentiva-se o desenvolvimento de medidas de proteção aos bens culturais, adotando políticas culturais locais e fortalecem os setores, secretarias de cultura e conselhos.

O estatuto instituído pelo Decreto nº 45.850, de 28 de dezembro de 2011, apresenta as finalidades e competências do Instituto. No parágrafo IV, decreta sua responsabilidade em relação à educação patrimonial, devendo “promover a realização de ações educativas de identificação, valorização e proteção dos bens culturais junto à sociedade e a instituições públicas ou privadas”. Entre as finalidades da gerência de difusão foi previsto no art. 33 “o planejamento e execução de programas de divulgação e promoção dos bens culturais”, sen-

rer dos anos. Foram definidos os quadros para envio da documentação: 1. Política Cultural Local - PCL, com pontos distribuídos entre as leis de proteção e a equipe técnica, na estrutura da Prefeitura, para cuidar da proteção aos bens culturais. 2. Tombamentos, em que os municípios com tombamento em nível federal e/ou estadual não precisavam apresentar documentação referente a esses bens. “Havia critérios para calcular a pontuação referente às categorias Núcleo Histórico, Conjunto Paisagístico, Bem Imóvel, Bem Móvel.” Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/Documentos/Programas/Pontuacao_Anos_Anteriores_ICMS>. Acessado em 05 de abril de 2019.

⁵ Deu-se o início de um processo dinâmico que, com algumas mudanças, pôde estimular a interiorização de ações de proteção e valorização dos bens culturais com maior participação dos municípios. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/Documentos/Programas/Pontuacao_Anos_Anteriores_ICMS/Exercicio_2008.pdf>.

⁶ Órgão colegiado, deliberativo, ligado à Secretaria de Estado de Cultura. Sua instalação em 2008 foi de grande relevância para a direção da ampliação do espaço institucional da salvaguarda do patrimônio cultural consolidação das políticas públicas. Seu presidente é o Secretário de Estado da Cultura, sendo o Presidente do IEPHA o Secretário Executivo. Disponível em: <www.almg.gov.br>. Acessado em 05 de abril de 2019.

do de sua competência “desenvolver ações e programas de educação patrimonial”. Na definição dos papéis, atribuiu a sua Diretoria de Promoção (Art. 31) a função de divulgar e incentivar “as ações de proteção, preservação e promoção dos bens culturais”, sendo uma de suas competências, a educação patrimonial, bem como, “analisar a documentação referente à aplicação de mecanismos legais de incentivo à proteção de bens culturais” enviado ao Instituto. Deve também, “assessorar os municípios na implantação e execução de política municipal de proteção e gestão de seus bens culturais”. Observamos nesse estatuto, a responsabilidade em relação à educação, divulgação e promoção do patrimônio, além de diversas outras atribuições (MINAS GERAIS, 2011).

Para os municípios, as políticas públicas adotadas pelo Estado são importantes na preservação do patrimônio e na sua divulgação, devendo ser um trabalho contínuo de valorização dos diferentes bens culturais, sejam eles, materiais, imateriais e ou naturais, daí a importância da educação patrimonial, sendo relevante o empreendimento para criar instrumentos de ação e de gestão partilhada do patrimônio entre o estado e os municípios.

A Educação Patrimonial deve ser entendida como um conjunto organizado de procedimentos e ações que tem como principal objetivo a valorização dos indivíduos e das comunidades e toda a sua produção cultural. É um processo de autoeducação e sensibilização que visa a eliminar a miopia cultural, despertando sentimentos e conhecimentos adormecidos que fortalecerão o senso de pertencimento, de compreensão, de responsabilidade dos indivíduos como elementos de um grupo, sociedade, comunidade e lugar, utilizando para esse fim o seu acervo cultural. Seus princípios norteadores são a descoberta e a construção em conjunto, motivadas pela observação, apreensão, exploração e a apropriação criativa do conhecimento, na busca da compreensão da condição individual e coletiva e o aprimoramento da vida em sociedade, promovendo a sensibilização da sociedade para uma mudança de atitude: de espectadores da proteção do patrimônio para atores desse processo. (FALEIRO; RANGEL, 2013, p. 209)

Os autores salientam a importância da realização dos projetos educativos de valorização do patrimônio, a necessidade de organização e planejamento das ações a serem realizadas. O repasse do ICMS contribui para essa divulgação por meio da educação, sendo um dos itens contemplados pela DN para que o município receba recursos do ICMS e invistam em projetos educativos voltados para a divulgação do patrimônio. Na Deliberação foi criado um item específico para a educação, mas nem sempre foi assim.

Formalmente a Educação Patrimonial é trabalhada pelo IEPHA-MG há pouco tempo. Algumas ações foram realizadas envolvendo as comunidades desde a década de 1980, mas não seguiu de forma contínua e sistemática. As primeiras ações visavam uma efetiva participação da comunidade. Depois se sentiu necessidade de uma maior fundamentação teórica. Por meio da parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação João Pinheiro foi discutido uma nova metodologia de ação educativa e cultural. Porém, foi com a criação do ICMS Cultural que se conseguiu uma maior expansão do conceito “educar pela memória” por diversos municípios do Estado (FALEIRO; RANGEL, 2013, p. 1).

Conhecedores do poder da educação na formação dos indivíduos, o IEPHA adotou uma política de educação patrimonial que vem se modificando paulatinamente, estimulando os municípios a investirem na realização de projetos que contribuam para o conhecimento e a divulgação do patrimônio cultural, entendendo que, quem conhece, atribui valor e cuida. Ao ser questionada sobre a importância da educação patrimonial a Dr^a Maria Célia ponderou que:

Sobre a importância da educação patrimonial na formação dos alunos, eu acho extremamente importante, porque ninguém gosta, ninguém ama aquilo que desconhece. Ninguém gosta e valoriza aquilo que não sabe da importância. Para que o aluno valorizar a cultura local, regional, ele precisa primeiro saber da importância dessas. Da relação com identidade e com a sua vida. Ele está ligado com sua vida e faz parte do seu ser. Então, a educação patrimonial é muito importante para despertar esses valores nos alunos nas escolas.

Dada a sua relevância, a educação patrimonial é defendida como um processo constante, continuado e sistemático, focalizando o patrimônio cultural, no qual devem ser envolvidos diversos segmentos, incluindo a sociedade na política de divulgação e preservação. Em relação a participação social, Porta (2012, p. 15) mencionou que, “além de atores importantes no estabelecimento das ações, as comunidades são fonte de conhecimento acerca dos bens culturais com os quais estão envolvidos”.

Utilizando recursos e práticas diversas, como realização de oficinas, rodadas regionais, palestras, cursos, *visita in loco*, buscam proporcionar reflexões e intercambiar conhecimentos relacionados às comunidades envolvidas, as políticas de preservação e os procedimentos necessários para a preservação, conservação e restauração dos bens culturais. Através de programas diversos de educação para o patrimônio, estimula o reconhecimento e valorização dos

diversos espaços, bens culturais, tradições e celebrações do estado que é múltiplo e plural, tanto no que se refere ao território, história, memória e costumes diversos, forjando ao longo da história as identidades locais e regionais e por consequência, a mineira. Faleiro e Rangel (2013):

Os bens culturais permitem leituras diversas como são diversos os homens. Mas podem falar essencialmente de forma semelhante a memórias diversas. Podem ser reconhecidos e apropriados por esses grupos diversos com sentidos parecidos, mas diferentes. A necessidade de sobreviver e permanecer faz com que o homem atribua valores a bens culturais materiais e imateriais de forma individual e coletiva, Sempre nessa ordem: individual, porque somos indivíduos únicos com memórias únicas; coletiva, porque somos ao mesmo tempo seres plurais e vivemos em grupos com crenças, objetivos, gestos, maneiras e códigos em comum. Cabe ao homem, individual e coletivamente, a atribuição dos valores, a tarefa de transformar uma pedra “na Pedra”, uma casa “na Casa”, uma praça “na Praça”, uma festa “na Festa”. Essa incrível capacidade de valorar, de qualificar, de dar sentido às coisas não é e nunca foi gratuita. O homem precisa atribuir valores às coisas para continuar no mundo e vivendo em grupo, para se lembrar de quem foi, é e será. É necessário acreditar-se eterno, no que pode durar além da vida humana, além da memória humana. Memórias genéticas e memórias incrustadas em objetos: casarões, quadros, objetos ritualísticos, templos, rituais, modos de fazer. Mesmo que sejam relidas, idealizadas, deturpadas, modificadas, ainda assim, memórias. A continuidade de um grupo e de um indivíduo como parte de um grupo pode depender de um simples objeto ou rito.

Este trabalho é fundamental, pois possui uma função social e educativa, e contribui diretamente para a formação humana em sua multiplicidade, devendo haver um esforço na construção e fortalecimento do sentimento de pertença e valorização daquilo que aviva nossa memória. Pesavento (2008) chama a atenção para a seriedade que deve haver em relação à formação, devendo haver um empenho na construção de uma memória voluntária. A arte de rememorar o passado é uma capacidade que se conquista paulatinamente, sendo a educação patrimonial, portanto, fundamental na formação do indivíduo, desde a escola, em direção a outros espaços.

De acordo com os Faleiro e Rangel⁷, é possível dividir resumidamente as ações mais sistematizadas de educação patrimonial realizadas pelo IEPHA

⁷ Faleiro atuou como Analista de Gestão, Proteção e Restauro do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico de Minas Gerais. Rangel é historiador e atuou como Diretor de Promoção do IEPHA/MG, onde teve como uma de suas atribuições a continuidade do programa socio-educativo realizado pelo Instituto.

em cinco fases: comunitária, criativa-experimental, metodológica, exploratória e normativa (ICMS). Nessa trajetória, fizeram menção à cartilha do patrimônio, produzida em 1980, sendo a primeira publicação do IEPHA destinada ao corpo docente, discente e comunidade. Posteriormente, desenvolveram atividades envolvendo escolas e comunidades, propondo ações criativas e reflexivas para a preservação da identidade cultural, sendo posteriormente publicadas outras obras de cunho teórico, constituindo, dessa maneira, a primeira fase, comunitária. Ao longo desse percurso, foram realizados seminários, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e a Fundação João Pinheiro. Mencionaram haver um avanço nas ações da educação não formal em espaços culturais, visando o cuidado com os bens culturais e atribuição de valores ligados às instituições escolares, à memória, às histórias locais e regionais e aos modos de vida. Porém, afirmaram serem essas ações realizadas por técnicos do IEPHA em diferentes locais do estado, sendo tais locais importantes, uma vez que levavam em consideração as peculiaridades de cada projeto e as condições de cada município. Realizaram-se (e ainda se realizam) projetos educativos em Belo Horizonte e nas cidades interioranas, visando a conhecer a diversidade e riqueza cultural mineira. Faz-se mister destacar no âmbito da atuação indireta do instituto, as orientações normativas para a atribuição de pontuação no ICMS.

A segunda fase, criativa e experimental, dedicou-se à realização de projeto patrimonial envolvendo a superintendência da Diretoria de Proteção e Memória, Diretoria de Conservação e Restauração e a Secretaria de Educação, partindo da concepção de que a educação é pedra fundamental na construção identidade cultural. A terceira fase, metodológica, dedicou-se a questão do método a ser utilizado na realização dos projetos, firmando convênio com a Secretaria de Educação do estado e Fundação João Pinheiro (FALEIRO; RANGEL, 2013).

Mencionaram ainda que, na quarta fase, definida como “exploratória”, foram realizados os projetos “Educação, Memória e Cidadania”, desenvolvendo várias ações nas cidades de Paracatu e Pitangui, envolvendo seguimentos locais e entendendo ser a preservação uma responsabilidade de todos.

As ações objetivaram, segundo os autores, a socialização dos saberes e o envolvimento da sociedade no cuidado e incentivo às suas manifestações culturais. Em Paracatu, cidade setecentista do ciclo da mineração, o projeto iniciou em 2007, com parceria entre a Secretaria da Cultura e a Casa da Cultura, havendo reunião e envolvimento da comunidade, realização de oficina

para formação e capacitação dos envolvidos e realização de cinco projetos⁸, visando a difusão do patrimônio e reconhecimento da importância da preservação das manifestações culturais locais. Simultaneamente foi realizado o projeto em Pitangui, outra cidade colonial mineira, sendo usada metodologia semelhante à de Paracatu; todavia, em Pitangui, o trabalho foi desenvolvido com quatro grupos⁹. Em ambas as cidades foi ressaltado a importância do trabalho da gerência do patrimônio material, lembrando ser papel do IEPHA orientar sobre a necessidade de valorizar o patrimônio cultural, que está intimamente ligado à cidadania e fortalecimento da identidade local. Ao final, os municípios encaminharam ao Instituto os relatórios das atividades e avaliação das etapas dos projetos. Ao mesmo tempo, incentivavam a realização de projetos em todo estado, recebendo em 2007, para serem analisados, 598 projetos ao todo.

Na quinta fase, houve uma maior aproximação do IEPHA com os municípios do interior, realizando visitas técnicas, oficinas e treinamentos das equipes das prefeituras, democratizando o acesso às informações.

Ao analisar os quadros de pontuação exibidos pelo IEPHA desde 1996, percebemos o aumento do número de municípios que estão participando das avaliações, interessados na redistribuição do ICMS no critério “patrimônio cultural”. Um processo dificultoso, levando-se em consideração a dimensão geográfica mineira e a pequena equipe de trabalho do instituto. Entre 1996 a 2000, há um número pequeno de participantes, variando de 106 a 207¹⁰, crescendo em número a cada exercício. Em 2017 se obteve o maior número de participantes, 746 dos 853 municípios mineiros, o que significa um grande avanço.

De acordo com Silva *et al.* (2018), os pareceristas do IEPHA avaliam os relatórios e atribuem a pontuação conforme análise dos conjuntos dos documentos enviados. Atualmente está em vigor a DN 06/2018, a qual determina que os investimentos para fins de pontuação devam ser organizados em três categorias: gestão do patrimônio cultural, proteção (inventários, tombamen-

⁸ “Pesquisando a Comunidade Quilombola Família dos Amaros”; “Descubra Paracatu, paracatuense”; “Consciência patrimonial”; “O Resgate da memória do núcleo histórico”; “Literatura paracatuense”, e “Caretada na escola”.

⁹ Grupo 1 (Centenário da E. E. Francisca Botelho); Grupo 2 (O Chafariz da praça); Grupo 3 (Resgate da memória da antiga Companhia de Tecidos) e Grupo 4 (Identidade étnica da comunidade do Veloso).

¹⁰ De acordo com dados obtidos no site do IEPHA, em 1996, foram apresentados 106 municípios. 1997, 122. 1998, 166. 1999, 233. 2000, 207. 2001, 218. 2002, 399. 2003, 364. 2004, 468. 2005, 404. 2006, 593. 2007, 642. 2008, 664. 2009, 646. 2010, 710. 2011, 716. 2012, 727. 2013, 689. 2014, 527. 2015, 653. 2016, 658. 2017, 746. 2018, 681.

tos e registros no âmbito municipal), salvaguarda e promoção do patrimônio (laudos técnicos do estado de conservação dos bens protegidos, relatórios de ações, execução do plano de salvaguarda e programas de educação para o patrimônio e difusão). Os valores enviados aos municípios dependem da pontuação atribuída e, devendo, o ordenador de despesas do município repassá-los ao Fundo Municipal de Patrimônio Cultural, para serem administrados pelo Conselho de Patrimônio Cultural conforme deliberação normativa.

O quadro III trata da salvaguarda e proteção e estabelece que os municípios devem investir em educação para o patrimônio nas diversas áreas do desenvolvimento, sendo sua responsabilidade propor educação patrimonial nas escolas e outras instituições, envolvendo diversos seguimentos em um esforço contínuo e permanente. Na medida em que os projetos são desenvolvidos dentro da proposta do IEPHA, o município recebe os recursos pertinentes aos investimentos aplicados, facilitando a realização do trabalho e o custeio de novas ações. Na educação para o patrimônio, para efeitos de pontuação, as ações e relatórios devem ser feitas em conjuntos documentais, como exemplo, o Programa de Educação para o Patrimônio¹¹ e a Difusão¹².

Todas as ações desenvolvidas devem ser documentadas e encaminhadas para análise, devendo esse material ser redigido conforme DN. Após análise, é atribuída pontuação, sendo um dos fatores que motivam a realização das ações em vários municípios. Conforme listagem disponibilizada no site do IEPHA, em 2018, 681 municípios de todas as regiões do estado, postaram a documentação para análise dentro do prazo definido pela DN.

Educação patrimonial em João Pinheiro

Em João Pinheiro, quase não havia iniciativas por parte do poder público municipal em prol da preservação da memória local ou, voltadas à realização de ações educativas que possibilitasse a construção de conhecimentos voltados para a preservação da memória, história e patrimônio. Essa constru-

¹¹ Ações devem ser planejadas em quatro eixos, sendo, o Setor (formação de agentes de preservação e envolvimento da comunidade); escolas (educação Infantil e Básica e Ensino Superior), locais de memória coletiva (implementação de projetos voltados para a comunidade em geral ou grupos específicos); obras de Restauração e Conservação (desenvolvimento de projetos e formação). (DN CONEP nº 06/2018)

¹² Difusão do patrimônio Cultural e produtos afins (publicações, material didático, lúdico, midiático, gráfico e materiais de caráter promocional) (DN CONEP nº 06/2018).

ção de saberes possibilita a atribuição de sentidos sobre a cultura e possibilita o fortalecimento do sentimento de pertença ao lugar e à história. Segundo Solé, (1990, p. 26), “quando falamos de atribuir significado, falamos de um processo que nos mobiliza em nível cognitivo e que nos conduz a revisar e a aportar nossos esquemas de conhecimento para dar conta de uma nova tarefa, atuação ou conteúdo de aprendizagem”.

Em 08 de dezembro de 2006, foi criada a Casa da Cultura de João Pinheiro, sendo ela, resultante de pedidos do Conselho Municipal de Patrimônio e apoio do poder judiciário, por meio do juiz Dr. José Henrique Mallmann¹³. Atendendo ao pedido, Jamir Andrade¹⁴ cedeu a edificação do século XIX¹⁵, para que ali se tornasse um local de referência no que tange à preservação da memória e história local. Desde a sua criação, deu-se início à realização de trabalhos educativos, atendendo principalmente o público escolar, desde as séries iniciais ao ensino superior, sendo feitos projetos de educação patrimonial em parceria com as escolas desde 2008. Ao fazer a análise dessa trajetória, a Dr^a Maria Célia Da Silva Gonçalves¹⁶, disse em sua entrevista que:

A educação patrimonial em João Pinheiro é organizada pela Secretaria de Cultura e tem apoio do Conselho de Cultura. É realmente uma política efetiva que vem acontecendo há muitos anos. Ela é executada pela historiadora da Casa da Cultura e mais alguns membros do conselho que fazem trabalho voluntário. São parcerias feitas com escolas públicas e privadas do município, tanto as escolas que atendem as elites, quanto às escolas com público menos abastados.

Conforme mencionado, além das visitas guiadas, tem-se desenvolvido projetos de educação patrimonial; todavia, sempre pautando seu planejamento nas propostas de atividades contempladas na DN em vigor, visando a desenvolver ações que promovam o patrimônio e a história local e, ao mes-

¹³ Juiz em exercício em João Pinheiro na época e apoiador da cultura e da preservação do patrimônio local.

¹⁴ Prefeito em 2006. Responsável pela criação do Arquivo Municipal, da Casa da Cultura e do espaço de exibição da Casa da Cultura, e pela organização do Departamento de Cultura, que até então não existia.

¹⁵ Edificação mais antiga da cidade de João Pinheiro, pertencente à municipalidade. Foi restaurado em 1991 e tombado como patrimônio cultural em 2005. Sediou o antigo fórum e a Secretaria Municipal da Educação.

¹⁶ Membro do Conselho de Patrimônio desde 2009, presidente no segundo mandato. Historiadora e socióloga. Pesquisadora de história local e voluntária na realização dos projetos de Educação patrimonial.

mo tempo, buscando pontuar e receber recursos do ICMS cultural para darem sequência às atividades no ano seguinte. Desenvolver as ações com recursos próprios do município dificulta a realização de muitos projetos, pois nem sempre os gestores municipais possuem a percepção da necessidade desse trabalho na formação dos seus munícipes.

As ações do município em relação à preservação dos bens culturais e educação patrimonial têm melhorado ao longo do tempo¹⁷. A equipe tem se esforçado para alcançar os objetivos, envolvendo diferentes segmentos da sociedade na divulgação e cuidado com o patrimônio. Analisando a documentação, é possível perceber o declínio da pontuação em final de gestão e nas transições de governo; mas, pela análise das Atas do Conselho, percebemos ser solicitação frequente dos conselheiros que as ações sejam mantidas e que tenham apoio.

Maria Perpétua Souza¹⁸ mencionou como relevante nessa trajetória, a criação da Secretaria de Cultura, em 2009, pois, segundo ela, “a desvinculação da Cultura da Educação proporcionou a esta última mais espaço, uma gestão e um orçamento próprio. Isso contribuiu para o desenvolvimento de ações educacionais e em outras áreas da cultura local”. Nesse sentido, a professora Rosângela Soares Braga Indelécio¹⁹, que desenvolveu diversos projetos de educação patrimonial em parceria com a Secretaria da Cultura, em diversas escolas, mencionou que: “antes da criação da Casa e Secretaria da Cultura quase não se trabalhava educação patrimonial. Foi a partir de então que a comunidade teve a oportunidade de se reapropriar, conhecer, preservar e valorizar o patrimônio local”.

Posteriormente à criação da Casa da Cultura, organizou-se o Arquivo Público Municipal com documentos do Executivo e Judiciário, visando a incitar a busca de conhecimentos em relação ao acervo documental. Nas visitas guiadas, a historiadora responsável pelo trabalho reflete sobre o arquivo co-

¹⁷ Ao analisar as cópias da documentação encaminhada ao IEPHA que estão no acervo da Secretaria de Cultura, percebemos que a pontuação atribuída ao município aumentou nos últimos anos. A primeira documentação enviada foi referente a 2004, conseguindo uma pontuação de 1,20. Em 2005, 1,80. 2006, 1,05. 2007, 0,40. 2008, 0,00. 2009, 1,50. 2010, 4,05. 2011, 6,95. 2012, 7,20. 2013, 3,50. 2014, 1,5. 2015, 8,05. 2016, 8,35. 2017, 12,86. 2018, 6,75. 2019, 9,76.

¹⁸ Membro do Conselho de Patrimônio (2005-2018). Atuou na Secretaria da Cultura por alguns anos. Professora de História em escolas públicas do município e parceira no desenvolvimento de projetos nas escolas onde atua.

¹⁹ Professora que atua na rede pública e privada, tanto na educação básica quanto superior.

mo espaço patrimonial e de informação, estimulando a educação e pesquisa histórica, entendendo-as como ações importantes no exercício da cidadania. Assim, de acordo com Cabral (2007), “o acesso à informação é fundamental à participação dos indivíduos nos processos decisórios, sendo elemento fundamental para que possam fazer suas escolhas e opções. Esta é uma das principais formas que possibilitam o exercício pleno de seus direitos” (CABRAL, 2007, p. 45-46).

Nas dependências da Casa da Cultura foi também organizado o espaço para exibição permanente do acervo museológico do município, sendo esse composto de objetos doados pela população e que se relacionam com a história e cultura local. Assim, criou-se o “Museu do Alegre” como espaço educativo, de preservação e comunicação da história e patrimônio. Bittencourt analisou o potencial educativo dos museus e afirmou que eles têm “proporcionado práticas educativas diversas, visitas monitoradas, oficinas” (BITTENCOURT, 2008, p. 356).

As visitas guiadas são agendadas e direcionadas pela historiadora, que apresenta os objetivos da Casa e o acervo, tanto de objetos, quanto de fotos e documentos que fazem parte da exposição permanente. Explicita-se a importância desses itens no cotidiano, cultura e história local, instigando os alunos a observarem e interpretarem o lugar e seu significado.

Outro espaço explorado na educação patrimonial é o Museu de Vozes²⁰, criado com o objetivo de registrar as memórias de pessoas que participaram/participam da história local, almejando conhecer as representações de diferentes narradores, deixando para a posteridade o acervo audiovisual em uma visão mais democrática. Em relação à contribuição desse acervo de memórias, Silva, Gonçalves e Síveres (2017) mencionaram que a missão do Museu de Vozes é proporcionar pesquisa e educação, sendo relevante para conhecer a história local, considerando a diversidade de pessoas e temas contidos nas entrevistas. Afirmam sua contribuição na educação patrimonial e importância da memória e narrativas orais para conhecer outras formas de ver e representar o vivido, as experiências compartilhadas, o entrelaçar do individual e coletivo no delicado jogo de lembrar e esquecer. Além da apresentação dos vídeos do

²⁰ Acervo audiovisual composto de entrevistas de 142 pessoas residentes em João Pinheiro, pautado na história oral e de vida. São pessoas de ambos os sexos, oriundas de diversos segmentos, níveis socioeconômicos, idades e nível educacional. Foi idealizado por historiadores que trabalham a história local e regional, membros do Conselho de Patrimônio, em parceria com a Secretaria da Cultura (SILVA; GONÇALVES; SÍVERES, 2017).

Museu de Vozes, as reflexões sobre a memória também fazem parte das análises, entendendo ser crucial para conhecer a história e perceber sua relevância na transformação social. Tal como mencionou Le Goff: “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1994, p. 477).

Nesses 12 anos, diferentes projetos e ações foram realizados através de parceria entre Secretaria da Cultura, Casa da Cultura e Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, com o intuito de possibilitar aos alunos, que (re)vejam a cidade e seus bens culturais, e conheçam um pouco da história do Sobrado, da cultura local e da cidade, de modo que possam perceber interpretar e se reapropriar da mesma, fortalecendo o sentimento de pertencimento.

Uma das atividades de educação patrimonial do Projeto “Terra de João” foi realizada com um idoso de João Pinheiro contando aos professores da escola pública inserida no projeto a história do Sobrado, edificação oitocentista que abriga a Casa da Cultura. Em sua narrativa, descreveu a cidade de sua juventude nas primeiras décadas do século XX, a imponência da edificação na paisagem da Vila de outrora e sua importância como o primeiro fórum da cidade. Tal como mencionou Ecléa Bosi, “lembança puxa lembrança e seria necessário um escutador infinito” (1994, p. 39). Na medida em que as lembranças eram partilhadas, os docentes o ouviam atentamente, e ele queria falar mais e mais. A prática de convidar pessoas para ir à Casa da Cultura para essas “rodas de conversa” é recorrente, entendendo ser a história oral um recurso importante na valorização das diferentes memórias e narrativas sobre a cidade e seu patrimônio.

Partindo da ideia apresentada por Aloísio de Magalhães (1985, p. 184) de que “a própria comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio”, tenta-se, por meio da educação patrimonial, viabilizar as condições de aprendizado e, conseqüentemente, atribuir valor, cuidar e respeitar os diferentes bens culturais do município.

Além das práticas educativas, em relação à abertura para novos instrumentos de atuação, faz-se mister destacar os investimentos nas publicações de cunho acadêmico/educativo realizadas pelo Conselho Municipal de Patrimônio em parceria com a Secretaria da Cultura, sendo duas obras publicadas, uma de história local e outra sobre a história das folhas de Reis, ambos distribuídos gratuitamente às escolas e bibliotecas de João Pinheiro e

região. Produziram-se também diversos vídeos-documentários, editados com fins educativos, apresentando a história e o patrimônio local. Esse material visa à difusão do conhecimento, sendo usado nas palestras realizadas na Casa da Cultura e escolas. Alguns estão hospedados no site da Prefeitura, visando à democratização do acesso a eles.

Como podemos observar, é de grande relevância o papel desempenhado pelo Conselho, que estimula a participação e organização da comunidade, inserindo no contexto diferentes pessoas e seguimentos sociais, possibilitando a ampliação do debate, conforme podemos observar nas narrativas a seguir:

Secretaria de Cultura em parceria com as escolas públicas e da rede privada, tem desenvolvido um exímio trabalho sobre a educação patrimonial. Isso tem ganhado ascensão diferenciada em nossa sociedade devido ao trabalho exemplar dos nossos historiadores que compõem o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. Estes têm levado aos pinheirenses valores inestimáveis pela preservação da história local. (Entrevistada: Rosangela Soares Braga)

Eu acredito que, a criação do Conselho Municipal em João Pinheiro e sua reativação em 2005 foi um divisor de águas. Eu tive a oportunidade, o orgulho de participar deste conselho, desde 2005, sempre participando das reuniões e acredito que a formação deste conselho, um conselho bastante atuante, realmente contribuiu para incentivar a cultura em João Pinheiro, e dentro disso, a educação patrimonial. Participei da idealização da educação patrimonial como conselheira, atuando de 2005 a 2018, sempre aprovando os investimentos na cultura que eram levados para discussão e aprovação dos conselheiros, especialmente na educação patrimonial, sendo esta uma das principais preocupações dos conselheiros, pois, muitos são educadores e sabem do valor da educação na transformação da Sociedade. (Entrevista: Maria Perpétua de Souza)

O Conselho de Patrimônio cultural de João Pinheiro é agraciado porque ele conta há muitos anos com a participação de vários historiadores, o que se torna um incentivo para produção de políticas de preservação da memória, história e cultura pinheirense. Sabemos que ainda tem muita coisa que precisa ser feita. Os recursos são poucos, mas existe uma boa vontade muito grande do Conselho de Patrimônio e da Secretaria de Cultura. (Entrevista: Maria Célia da Silva Gonçalves)

O trabalho desenvolvido pelo Conselho no que diz respeito ao desenvolvimento das ações propostas nos projetos de educação patrimonial, quanto na aprovação dos recursos a serem investidos para custear essas

ações, quanto na “cobrança” em relação aos resultados dos mesmos. Como Conselheiro do Patrimônio, sempre votamos para que bons projetos fossem desenvolvidos e os recursos do FUMPAC fossem investidos uma porcentagem no custeio da educação patrimonial. (Entrevista: Vandeir José da Silva)

Com base nas narrativas dos entrevistados, observamos a importância da colaboração da comunidade e da gestão democrática na política de preservação do patrimônio, na ampliação das possibilidades de ações educativas, na discussão acerca da identificação dos bens que devem ser preservados e divulgados, definindo as ações ou os bens que podem ser preservados ou ser alvo de salvaguarda com investimento público, bem como as diretrizes para a realização da educação patrimonial. A criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural é resultante das exigências do IEPHA para pleitear os recursos do ICMS de Patrimônio Cultural.

A Lei nº 1086/03 criou o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e a 1087/03 estabeleceu as normas de proteção do patrimônio cultural de João Pinheiro, inserindo questões até então não mencionadas na legislação municipal, o que representa o início da mudança de postura do município em relação à temática. O conselho, empossado em 2003 e reativado em 2005, tem desenvolvido papel relevante, pois, no que se refere à adoção de medidas de preservação do patrimônio, aprova a aplicação dos recursos financeiros disponibilizados na conta do FUMPAC²¹, na difusão de conhecimento e promoção do patrimônio cultural, sendo a educação patrimonial uma das prioridades.

Em relação ao envolvimento com a sociedade, o secretário da Cultura de João Pinheiro, Joel Pereira Reis, reiterou a relevância do apoio do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e as parcerias realizadas com fins educativos, seja no trabalho conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, com as escolas da rede pública e privada do município, instituições de ensino superior, clubes de serviço, membros de associações culturais e pessoas da comunidade.

Percebemos o desenvolvimento de trabalhos voltados para o fortalecimento da participação dos moradores e divulgação da ideia de que o maior responsável e guardião do patrimônio é o próprio povo, como afirmou Aloísio

²¹ A Lei Municipal nº 00/2011 criou o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, porém, tem sido um desafio fazer com que os gestores repassem regularmente os recursos do ICMS para a conta do Fundo.

de Magalhães, e que esse deve conhecer valorizar, resguardar e preservar os marcos da sua história, as tradições, festas, ritos e celebrações que se constituem como elementos identitários do povo mineiro. Contribuindo com a realização dos projetos, a Secretaria de Educação disponibiliza o ônibus para o traslado dos alunos nos dias das visitas guiadas à Casa da Cultura e dos demais bens protegidos, seja por meio de inventário, tombamento ou registro.

Analisando os relatórios de educação patrimonial do acervo da Casa da Cultura, observamos que, à medida que os estudantes conhecem sobre a história e o patrimônio local, eles passam a vê-los de forma diferenciada, isto é, perceptível em diversos desenhos, poemas e relatórios de atividades desenvolvidas pela Secretaria, havendo uma recriação do lugar, da cidade e dos bens culturais por meio da nova forma de ver e atribuir valor.

O primeiro projeto de educação patrimonial enviado ao IEPHA foi com uma metodologia mais sistematizada foi o “Terra de João”, desenvolvido por vários meses em uma escola municipal de João Pinheiro. Ava Maria Ribeiro de Almeida falou dessa experiência²²:

Falar de educação patrimonial é muito gratificante. Nós tivemos a oportunidade de acompanhar de perto os trabalhos desenvolvidos de educação patrimonial desde o início. Enquanto parceira e conselheira do Conselho de Patrimônio Cultural, tivemos o privilégio de desenvolver o Projeto “Terra de João” na escola em que eu era gestora na época. Oportunizou aos educandos possibilidades na exploração do patrimônio de nossa cidade. Partindo do pressuposto de que eles próprios descobrissem o valor que tem o meio onde vivem, despertando neles o interesse pelo cuidado que se deve ter em relação “aquilo que pertencemos”. Nele foram desenvolvidas várias atividades tais como: palestras, capacitação dos educadores, apresentação de vídeos e palestras, com o intuito de que, os docentes se tornassem posteriormente multiplicadores. Foi uma experiência muito louvável durante todo o período. No desenvolvimento do projeto com os alunos, foi apresentada uma variedade de trabalhos, e dentre as atividades estavam: observação e exploração de todo o ambiente em que estavam inseridos, iniciando com seu próprio ambiente familiar, depois o escolar e daí, sucessivamente, até atingir todos os ambientes que pudessem ser explorados no sentido cultural e patrimonial. Foi um trabalho magnífico! Desde então, tive a oportuni-

²² Membro do Conselho desde 2005. Diretora da escola que realizou o projeto em 2008/2009. Trabalhou vários anos como pedagoga e membro do Setor de Patrimônio da Secretaria de Cultura, acompanhando diretamente a realização dos projetos de educação patrimonial em parceria com a historiadora.

dade de ser inserida em todos os trabalhos relacionados à educação patrimonial e preservação da cultura local. (Entrevista: Ava Maria Ribeiro de Almeida)

Entendemos, na narrativa da gestora, que as contribuições desse projeto inicial foram diversas, tornando-se um instrumento de formação. Ava Maria Ribeiro de Almeida ponderou ainda que, “desde então, o interesse e a participação de toda a comunidade escolar, que foi inserida no projeto, puderam ver a importância do tema e a necessidade do trabalho da preservação da cultura, a começar de si”.

Para além dessa primeira experiência, vários projetos educativos foram desenvolvidos, sendo alguns de livre escolha e outros aderindo ao modelo do IEPHA, como exemplo, o “Projeto Educar”²³. Além dos projetos desenvolvidos anualmente nas escolas, mantiveram-se as visitas guiadas à Casa da Cultura e palestras realizadas a pedido das instituições de ensino.

Silva (2014) ao escrever sobre o projeto realizado em 2013 com alunos da Educação Básica de uma escola pública do Distrito de Canabrava mencionou que a diretora demonstrou muita satisfação com a realização do projeto em sua escola e comunidade, afirmando ainda que “esse conhecimento que estamos trabalhando nos leva a perceber nosso valor e que passamos e ser responsáveis, valorizando e preservando o que é nosso”. Os autores afirmaram que as ações desenvolvidas na comunidade possibilitaram a (re)valorização da cultura no ambiente escolar, fortalecendo a cidadania e o sentimento de pertença ao local, pois, apesar de ser um lugarejo, possui diversos bens e tradições que precisam ser conhecidos, divulgados e promovidos. Enfatizaram o trabalho de visitas guiadas à capela local, a mais antiga do município, onde as 16 turmas de educação básica inseridas no projeto puderam observar, ouvir e atribuir novos sentidos à edificação. Nas visitas, eram realizadas rodas de conversa com moradores antigos da comunidade, que contavam a história do lugar e daquele bem cultural com quase dois séculos. Foram realizadas várias atividades, como pesquisas, entrevistas com moradores idosos, chá da vovó, concursos de poemas e desenhos, exposição de fotos, objetos antigos e pratos típicos com demonstração/degustação da culinária local, preparada pelos alunos.

²³ Estabelecido pela Deliberação Normativa nº 01/2011 para o exercício de 2013 e consecutivos integrandos ao conjunto documental do quadro V. A DN estabelecia que os municípios que estivessem apresentando novos projetos de educação patrimonial para 2012 teriam que aderir à proposta do Iepha/MG ou apresentar um projeto à sua escolha a ser aprovado para ser implementado posteriormente, para efeito de pontuação. (DNnº 01/2011)

Essa atribuição de sentidos a partir da educação nos faz pensar como Costa (2011) ao afirmar que os diálogos com um passado, que se faz presente a partir da fala do outro, são passos que possibilitam a apropriação do lugar, fortalecendo o sentimento de pertença à localidade onde nasceram, pois, a medida em que as ações desenvolvidas, as crianças ampliam sua maneira de ver o mundo. Isso nos incita a refletir nas palavras de Faleiro e Rangel sobre a necessidade de se atribuir valores aos bens e tradições que fazem parte da história e cultura de cada comunidade.

Percebemos o potencial da educação patrimonial como fonte de avivamento da memória, como sendo um instrumento que possibilita (re)ver o local e o cotidiano, conferindo novos sentidos, avivando sentimentos, despertando sensibilidades, essências na dimensão política da vida humana. Nesse sentido, destacamos a relevância das parcerias realizadas pela Secretaria de Cultura com as Instituições de Ensino Superior de João Pinheiro e Paracatu e as possibilidades de formação de multiplicadores. Realizaram-se seminários, rodas de conversa e oficinas de educação patrimonial ao público acadêmico. No que tange às ações voltadas para o ensino superior, Vandeir²⁴ e Maria Célia mencionaram que:

Uma iniciativa importante, são os trabalhos voltados para o Ensino Superior. Foi realizado convênio de cooperação com a faculdade local visando à realização de seminários e palestras para os acadêmicos a partir de 2009. Os seminários são realizados anualmente e em quase todos eles eu e Maria Célia fizemos palestras voluntariamente, como historiadores e pesquisadores da história local, sendo cada ano um tema diferente. Nos últimos anos, também foi realizado convênio com a Faculdade de Paracatu, envolvendo os alunos do curso de História e Geografia, inserindo-os em uma programação diversificada, com seminários, oficinas, rodas de conversa e ações voltadas para a divulgação do patrimônio local e regional, bem como, incitando-os a pensar no seu papel de professores e responsáveis por um trabalho no cotidiano das escolas. (Entrevista: Vandeir José da Silva)

Todos os anos a Secretaria de Cultura faz seminário de educação patrimonial em parceria com a FCJP, envolvendo o público acadêmico com essa forma de fazer a educação patrimonial. Ao longo desse tempo, são

²⁴ Membro do Conselho de Patrimônio Cultural desde 2009, sendo presidente por 4 anos. Historiador com ênfase na pesquisa de história local. Voluntário na realização dos projetos de educação patrimonial.

plantadas sementinhas dessa valorização e eu acredito que seja uma das coisas boas de João Pinheiro, essa política de ensinar aos alunos a preservar para as novas gerações aquilo que é do nosso patrimônio Cultural. ((Entrevista Maria Célia da Silva Gonçalves)

Com base nas narrativas acima, observamos que as parcerias realizadas com as instituições de ensino superior visam à formação de professores e agentes culturais locais, primando pela pesquisa e projetos temáticos envolvendo o patrimônio cultural. Pensando nesse papel individual e coletivo, apresentamos as narrativas dos entrevistados e sua concepção sobre o trabalho realizado.

Lembro-me que o trabalho de Educação Patrimonial foi iniciado em João Pinheiro através da Secretaria de Cultura em parceria com Conselho Municipal de Patrimônio Cultural aproximadamente em 2007. Iniciou-se com visitas na Casa da Cultura e palestras. Já os projetos de educação patrimonial foram consequências das discussões nas reuniões do Conselho, onde era recorrente o debate sobre a necessidade de realização de trabalhos mais efetivos voltados a educação patrimonial, pois era recorrente depararmos com casas antigas sendo demolidas, sem preocupação com o valor histórico e cultural do município. A partir de incentivo do estado com interesse na realização de trabalhos voltados para a educação patrimonial, por meio da redistribuição da cota do ICMS Cultural, nosso município começou a realizar projetos, encaminhar os relatórios ao Iepha e receber recursos resultantes das ações desenvolvidas, mesmo que timidamente e dentro da realidade local. Desde então, foram investindo mais em educação patrimonial, sendo que, com o tempo, muitas ações têm sido realizadas. Para isto, foram realizados projetos o com objetivo de formar uma consciência de preservação nos pinheirenses, estabelecendo público alvo, prioritariamente, as instituições de ensino voltadas para a Educação Básica. Foram organizados e entregues materiais informativos com reflexões e questões voltados a patrimônio. O desenvolvimento do trabalho é realizado conforme planejamento anual. Uma metodologia usada são as visitas guiadas a Casa de Cultura e a outros bens tombados a nível municipal, o que é muito interessante para os alunos. Realizavam-se palestras nas escolas, inclusive, atuo como voluntário realizando algumas dessas palestras. Geralmente a culminância do evento é feita incentivando os alunos a construir com seus professores desenhos dos locais visitados, poemas e maquetes sobre os bens. Com o tempo, vimos a necessidade de envolvermos as instituições de Ensino Superior. (Entrevista: Vandeir José da Silva)

Graças a esse trabalho, minhas aulas e dos demais educadores ganharam um novo olhar, uma nova prática educativa veio pairar nas escolas. Eu, como professora de história na rede pública tenho participado de vários projetos desenvolvidos pela Secretaria de Cultura para trabalhar o patrimônio, e posso afirmar que abordar esse conteúdo no contexto educacional, de forma interdisciplinar é de suma importância. Uma prática estimuladora para a preservação e valorização do patrimônio. O trabalho com a educação patrimonial se faz necessário desde a educação infantil, pois o aluno é um ser pensante, construtor de história, que poderá contribuir para a formação da cidadania, significativa na formação de valores essenciais para uma sociedade. (Entrevista: Rosângela Soares Braga)

Todo ano é lançado um tema da campanha que será feita, isto abrangendo tanto o patrimônio material, imaterial quanto natural. O tema é trabalhado com os alunos utilizando metodologias diversas e sempre que é possível, são feitos concursos de poemas, redação, desenhos com a temática do nosso patrimônio histórico cultural. (Entrevista: Maria Célia da Silva Gonçalves)

A educação patrimonial tem recebido muito incentivo em João Pinheiro nos últimos, o que não acontecia antes, porque não havia apoio por parte do estado e dos municípios. Participei da educação patrimonial de três formas, como conselheira [...] também como funcionária da Secretaria de Cultura, contribuindo com a realização de projetos em algumas escolas e como professora de escola pública fazendo parceria com a Secretaria da Cultura. Acredito que os projetos sejam muito importantes, para o desenvolvimento da cultura e do amor das crianças, adolescentes e jovens pela causa da cultura através da educação patrimonial. Como professora, sempre fiz parceria com a Secretaria de cultura, participando dos projetos de educação patrimonial, proporcionando aos alunos o conhecimento teórico e prático, incentivando-os a conhecerem o seu patrimônio cultural. Acho que isso é de fundamental importância para despertar neles o sentimento de pertencimento, de amor pela causa. (Entrevista: Maria Perpétua de Souza)

Ao refletir sobre a contribuição da educação patrimonial para a formação das crianças, jovens e adolescentes, o historiador Vandeir afirmou que “fazendo uma análise do trabalho realizado, percebemos que houve um crescimento de valores voltados à preservação dos bens da cidade e, por sua vez, isso tem despertado a sensibilidade nos envolvidos, que visam a preservar o patrimônio como significado de identidade local”. Apresentamos a seguir, outras representações dos entrevistados:

Ao pensar na contribuição da Educação Patrimonial no processo de formação dos alunos é muito gratificante por despertar nos mesmos, o gosto e a necessidade de conhecer o seu papel como construtor na trajetória humana e fortalecer seu sentimento de pertencimento e identidade. O educador em seu papel de formador de cidadãos apropria-se da escola enquanto espaço educativo, primando por objetivos pedagógicos e educacionais que contribuam para a construção dos saberes do educando, respeitando e considerando sua história de vida e seu papel na sociedade. Vejo a Educação Patrimonial como parte integrante no processo educacional, uma vez que ela tem o poder de incentivar reflexões sobre o conhecimento da história local e ao mesmo tempo, despertar o gosto pela preservação. Através da execução dos projetos de Educação Patrimonial, conseguimos orientar os alunos para aprender a valorizar e preservar. Os bons resultados apresentados pelos alunos envolvidos são notados a cada trabalho, no decorrer do projeto (Entrevista: Rosângela Soares Braga Indelécio).

Acredito que a educação patrimonial objetiva despertar no aluno o interesse pela defesa do seu patrimônio material, imaterial. Ela tem por princípio básico despertar nas crianças o gosto pela preservação patrimônio, naquilo que precisa ser feito e fazer com que formem novos atores que vão participar nessa transmissão do conhecimento da nossa história, do nosso patrimônio. Considero muito importante levar a cultura para dentro da sala de aula. Tudo que fazemos na educação patrimonial ajuda a garantir um futuro melhor no caso do patrimônio, com a arte de cuidar (Entrevista: Maria Perpétua de Souza).

A contribuição é a formação de indivíduos mais conscientes com a valorização e preservação desse patrimônio, despertando nos alunos o sentimento de pertencimento a sua história e ao meio em que vive (Entrevista: Joel Pereira Reis)

À medida que os alunos participam de atividades coletivas, experenciam novas formas de ver os bens culturais e a história, o que tem contribuído para repensar o papel das diversas instituições no que tange à educação para o patrimônio.

Considerações finais

Diferentes ações foram/são realizadas desde que se iniciaram os projetos educativos em João Pinheiro com a criação da Casa da Cultura, envolven-

do principalmente o público escolar, da rede pública ou privada, possuindo o papel tanto de preservar, quanto de comunicar, divulgar e compartilhar ideias. A criação desse espaço e as ações educativas nele realizadas, contribuem para a divulgação de conhecimentos relacionados ao patrimônio, fortalecendo as identidades coletivas e o sentimento de pertencimento ao local e a história, proporcionando diversas representações do passado e laços com a tradição local. O acesso ao incentivo fiscal e à devida aplicação dos recursos possibilitam aos municípios realizar anualmente a educação patrimonial, divulgando assim, a história e o patrimônio local. A educação patrimonial tornou-se nas últimas décadas, um instrumento importante de divulgação do patrimônio, possibilitando o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a memória de um povo.

Referências

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSI, E. *Memória e sociedade – lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CABRAL, A. M. R. A Ciência da Informação, a cultura e a sociedade informacional. In: REIS, A.; CABRAL, A. M. R. (Org.). *Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007. p. 29-48.

CANCLINI, G. C. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro, EDUFRRJ, 2005.

COSTA, C. B. Da. *Da Educação Patrimonial à Cidadania*. VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 02 e 04 de outubro de 2011 - UNIVALI, Balneário Camboriú/SC.

FALEIRO, R. F. de M.; RANGEL, C. H. Educação patrimonial – uma abordagem empírica, didática e criativa. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 14, n. 20, p. 188-211, abr. 2013.

FONSECA, M. C. L. Patrimônio: Uma questão de valor. In: *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2005, p. 35-50.

HARTOG, F. Tempo e Patrimônio. *Revista Varia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752006000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em 05 de abril de 2019.

IEPHA-MG. *Informativo bimestral da Superintendência de Pesquisa, Tombamento e Divulgação*. Belo Horizonte, julho de 1981.

JOÃO PINHEIRO. Lei nº 12.040 de 28 de dezembro de 1995. *Dispõe sobre a parcela de distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal, e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood/legislacao/lei1204095>>. Acessado em 05 de abril de 2018.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. 3. ed. São Paulo: UNICAMP, 1994.

MAGALHÃES, A. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MINAS GERAIS. Decreto nº 42.505 de 15 de abril de 2002. *Institui as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial ou inatingível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/legislacao>>. Acessado em 05 de abril de 2018.

MINAS GERAIS. Decreto nº 45.850, de 28 de dezembro de 2011. *Contém o Estatuto do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG*. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45850&comp=&ano=2011&aba=js_textoOriginal#texto>. Acessado em: 05 de abril de 2018.

MINAS GERAIS. Lei Delegada nº 170, de janeiro de 2007. *Cria o conselho estadual do patrimônio cultural - CONEP e dá outras providências*. Dispo-

nível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:lei.delegada:2007-01-25;170>>. Acessado em: 05 de abril de 2018.

MINAS GERAIS. Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000. *Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios*. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/legislacao/leiestadual13803_00>. Acessado em: 05 de abril de 2018.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História - Revista do programa de estudos pós-graduados de História, São Paulo*, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PESAVENTO, S. J. História, memória e centralidade urbana. *Revista Mosaico*, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan. /jun., 2008.

PORTA, P. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: Diretrizes, linhas de ação e resultados*. Brasília: Iphan/Monumento, 2012.

SILVA, Giselda Shirley da. *et al.* Gestão e Políticas Públicas em Minas Gerais: cultura e patrimônio Cultural. In: *Gestão pública: responsabilidade e desafios contemporâneos – estudos interdisciplinares*. ZAGANELLI, M. V. *et al.* (Orgs.). Paracatu-MG: Editora CENBEC/FINOM, 2018.

SILVA, G. S. da; GONÇALVES; M. C. Da. SÍVERES, L. Museu de Vozes: entre lembranças e narrativas, as possibilidades de conhecimento da história local e regional. In: LONGO, C. A. BARROSO, H. P. (Orgs.) *Tecendo histórias: memória, verdade e Direitos Humanos*. Jundiaí: Paco editorial, 2017.

SILVA, G. S.; SILVA, V. J; GONCALVES, M. C. S. *História e Memórias: experiências compartilhadas em João Pinheiro*. João Pinheiro: Fundo Municipal do Patrimônio Cultural de João Pinheiro, 2011.

SILVA, V. J Da. Educação Patrimonial Imaterial: Identidade/Alteridade na Escola Sebastião Simão de Melo. *Altus ciência - Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP*, ano 2, v. 2, n. 2, jan./dez., 2014.

SOLÉ, I. *Sobre o aprender e o ensinar*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.